

GT - Política Social, Questão Social e Serviço Social
Modalidade da apresentação: Comunicação oral

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: o patriarcado e suas implicações na participação política das camponesas

Ana Livia Souza de Oliveira
Cintia de Araújo Nascimento

RESUMO

As lutas no campo são marcadas por uma intensa participação popular, sendo importante discutir a participação das mulheres nas organizações de trabalhadores/as do campo. Ao analisar a construção da sociedade capitalista e patriarcal, se constata que as mulheres, embora tenham avançado no seu engajamento político, ainda sofrem dificuldades para efetivar a sua participação e defender seus interesses no âmbito das organizações sociais do meio rural. Para construção deste artigo, foi direcionado um estudo, mediante pesquisas bibliográficas, tratando-se, portanto, de um estudo de caráter qualitativo que objetiva desenvolver reflexões acerca da participação da mulher no âmbito dos movimentos sociais de luta pela terra. Foram utilizados artigos acadêmicos, teses de mestrado e livros que desenvolveram a temática com base nas discussões sobre a formação dos movimentos sociais do campo e da construção da sociedade capitalista, pautada no sistema patriarcal.

Palavras-Chave: Patriarcado; Lutas Sociais; Mulheres Camponesas.

1 INTRODUÇÃO

O histórico das lutas no campo, principalmente durante a década de 1960, quando se estabelecem entidades organizadas da população rural, com destaque para as Ligas camponesas, propiciaram a disseminação da questão agrária pelo conjunto da sociedade. Neste contexto de intensa participação política dos setores rurais, se desenvolve o questionamento sobre a estrutura fundiária, diante do forte domínio de uma minoria de proprietários de terra.

Ademais, compreendendo todo o contexto histórico que norteia o processo de exploração dos/as trabalhadores/as do campo, desde a escravidão, é possível perceber a forte repressão sofrida por esta população, realizada pelo Estado e pela burguesia agrária, tornando a repressão um forte elemento, presente no meio rural e na vida cotidiana dos/as trabalhadores/as do campo. Este histórico permite compreender, a importância da articulação política dos/as trabalhadores/as rurais na luta pela terra e na defesa da realização da reforma agrária.

Dessa forma, o presente artigo se propõe a, dentro desta discussão sobre os movimentos sociais no campo, fazer um recorte de gênero e abordar a participação das mulheres nestes espaços. Considerando todo o contexto de exploração, e repressão sofridas pelos/as trabalhadores/as rurais, é necessário compreender como as mulheres se inserem nestes espaços, compreendendo que a sua realidade na sociedade também se constitui de uma vida cotidiana pautada na subalternidade e violação de direitos, expressas na ação do Estado e da Sociedade civil.

Dentro desta condição imposta pelo sistema patriarcal, todo movimento social, independentemente de sua luta, precisa da inserção das mulheres para legitimar seu espaço na sociedade e garantir seus direitos. As expressões do machismo estão presentes em todo o conjunto da sociedade; sendo fundamental as lutas das mulheres nos movimentos sociais. Principalmente no campo, onde a representação do homem enquanto "chefe de família" e membro público e político das lutas sindicais e de movimentos sociais é bastante forte.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica que trará artigos acadêmicos e livros que abordam a história da mulher do campo e as lutas sociais, assim como construções teóricas que discorrem sobre a história da exploração e submissão da mulher na sociedade capitalista patriarcal, foi realizado um resgate histórico na construção da imagem da mulher arquitetada ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, perpassando pela conjuntura de desenvolvimento dos movimentos sociais do campo e através disso situou-se a inserção das mulheres na luta pela terra.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PATRIARCADO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A LUTA DAS MULHERES POR DIREITOS SOCIAIS.

O patriarcado é definido enquanto uma ideologia que prega a supremacia masculina em detrimento da igualdade entre gêneros. Trata-se de uma vertente construtora de uma hierarquia que submete às mulheres a todos os tipos de dominação dentro das relações sociais. Quer sejam relações familiares, amorosas ou

profissionais, a condição de ser mulher dentro desta sociabilidade capitalista-patriarcal pressupõe uma série de desprivilegios que tornam o reconhecimento da mulher enquanto ser social cada vez mais distante da realidade.

Diante deste conceito, historicamente, a mulher se tornou uma propriedade do homem, irrevogavelmente submetida às suas ordens, em prol da garantia de posse e hereditariedade da propriedade privada, uma vez que garantindo a dominação sobre a mulher, o homem poderia assegurar a legitimidade de seus herdeiros, assim como afirma Saffioti (2004).

O controle sobre o corpo e a sexualidade, a opressão e a exploração que o patriarcado desenvolveu e desenvolve sobre a mulher, sob um "modelo" heterossexual obrigatório de naturalização dos sexos, vieram a atender a dois interesses. Primeiro a garantia de controle sobre os(as) filhos(as), o que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, ao garantir que a prole seria sua assegurava-se aos homens a perpetuação da propriedade privada por meio da herança (SANTOS apud SAFFIOTI, 2004, p.105).

Nas palavras de Saffioti (2004) o Patriarcado transformou as mulheres em "objetos de satisfação sexual dos homens, produtoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas produtoras." É nessa perspectiva que o homem acaba sentindo-se como dono da mulher e estabelecendo para ela limites enquanto uma mera propriedade de maneira tal que a sua liberdade seja totalmente restrita e submissa a vontade do seu esposo. Essa ideia vai tomando cada vez mais força a partir da desvinculação social dos princípios da coletividade e igualdade da sociedade primitiva e o estabelecimento cada vez mais efetivo da sociedade de classes pautadas no individualismo e na concorrência entre os seres humanos, como afirma Lessa (2012):

[...] caberão, assim, aos homens da classe dominante as atividades fundamentais para a reprodução da sociedade[...]. A economia, o direito, a política, a religião, a guerra, o comércio, as artes, a filosofia, a ciência, a exploração e a conquista de novos territórios surgem já como atividades masculinas.[...] Nenhum Senhor de escravo, Senhor feudal ou burguês criará ou pagará a alimentação dos filhos de seus concorrentes – do mesmo modo que não cuidam dos filhos dos trabalhadores que exploram.[...] tais atividades [...] serão agora exercidas pelas mulheres enquanto parte da vida privada(isto é, não coletiva) de cada proprietário. (LESSA, 2012, p.26):

Dessa maneira, surge a ideia do trabalho feminino sendo inferior ao masculino em decorrência da própria relação de superioridade do homem já existente nas relações entre os gêneros, fazendo com que se constituísse um pressuposto da falta de capacidade das mulheres frente as questões que envolvessem a sociedade, como por exemplo, a sua atuação na política, economia e até mesmo a sua autonomia diante da própria vida. Seu papel perante a sociedade sempre esteve atrelado ao seu marido, considerada apenas como participante e nunca uma protagonista nas relações sociais, pois para aquelas que buscavam algum tipo de espaço na sociedade havia severas repressões.

Nessa perspectiva, no âmbito dos direitos, foi necessário um longo e gradual processo de luta feminista que persiste até a atualidade, tendo em vista que os compositores do cenário político eram homens de cunho ideológico totalmente moralizante que desacreditavam na importância da independência feminina em diversos aspectos, principalmente na sua autonomia no âmbito da política. Apesar de todos esses contrapontos, a persistência das mulheres em busca da sua legitimação social conseguiu estabelecer conquistas imprescindíveis.

No Brasil, a partir da década de 1930, iniciou-se um período de grande relevância social decorrente do estabelecimento da Constituição Federal de 1932 que decretou o direito da mulher ao voto, sendo restrito apenas para as mulheres casadas que tivessem a autorização do marido, viúvas e solteiras que possuíssem renda. Com isso, o direito ao voto de maneira universal no Brasil só se deu em 1946 além das inúmeras conquistas que se perpetuam até os dias de hoje.

No entanto, é necessário pontuar que todos esses avanços na conquista pela cidadania feminina não foi meramente concedida pelos homens e sim adquirida por meio da luta das próprias mulheres que, apesar de terem conquistado efetivamente os seus direitos na década de 1946 sendo ainda mais expressivo a partir da década de 1980, já realizavam a luta por seus direitos, discutiam sobre o assunto e principalmente lutavam constantemente pela sua visibilidade enquanto cidadãs de direitos. Portanto pode-se afirmar que o envolvimento das mulheres na política não é

algo existente apenas na atualidade, mas desde muito tempo dentro e fora do país tanto na área urbana quanto no âmbito rural.

Se tratando mais especificamente da participação das mulheres enquanto cidadãs, possuidoras de direitos no conjunto da sociedade, podemos destacar o seu papel político, tanto dentro dos movimentos sociais, como também nos partidos políticos.

Na contemporaneidade, através, principalmente dos movimentos feministas que por meio de suas lutas sociais garantiram o direito ao voto, como a primeira e importante atividade política. As mulheres estenderam a sua participação para o campo dos movimentos sociais, principalmente nos anos 1960, posteriormente durante a ditadura militar, que se constituiu como um período de grande atuação dos movimentos sociais na luta armada. À luz dos movimentos feministas que questionavam a divisão sexual do trabalho, as mulheres passaram a questionar outras expressões do sexismo na sociedade, como o direito ao divórcio, a apropriação do seu próprio corpo, a violência doméstica, o direito ao aborto, entre outros temas que expressam o patriarcado na sociedade e que restringe o espaço de participação da mulher na sociedade, uma vez que, segregam e mantem a mulher fora do campo político. Estas expressões, que surgiram a partir da mobilização social de mulheres se espalharam entre os movimentos do campo e da cidade.

Diante disso, torna-se perceptível o progresso, ainda que de forma gradual, das conquistas femininas perante uma sociedade absurdamente marcada pelas relações patriarcais. Esses avanços foram capazes de proporcionar uma série de direitos sociais utilizados até a contemporaneidade, além de proporcionar a obtenção do lugar de fala da mulher perante a vida em sociedade, possibilitando a visibilidade de grandes figuras femininas que fizeram história por todo o mundo que contribui para a desmistificação da visão patriarcalista da atuação feminina em aspectos voltados para a vida pública.

No entanto, levando em consideração a influência do Capitalismo nas relações entre homens e mulheres frente a todo o conjunto da sociedade, tendo em

vista que isto se torna de suma importância para o aumento da acumulação da mais valia, Calaça (2018) afirma que:

[...] Nessa realidade o Capitalismo coloca a exploração do trabalho reprodutivo das mulheres em novas bases, pois ele irá além de servir a reprodução de mais força de trabalho, ele também, tem o papel de ampliar a mais – valia, seja na medida em que as mulheres (juntamente com as crianças) receberam salários mais baixos e as piores condições de trabalho, ou pelo trabalho gratuito realizado por elas em nome do que seria o seu papel natural de cuidadora que exime o resto da sociedade (Estado, empresas e homens) de se responsabilizar pela reprodução social. (CALAÇA, 2018, p.64)

É nessa perspectiva que se pode afirmar o capital como um agente fundamental para a manutenção das raízes do patriarcado que perpassam a sociedade e impossibilita a efetivação das conquistas femininas diante do contexto social, uma vez que a condição de superioridade do homem perante a mulher possibilita o aumento da lucratividade da classe burguesa.

2.2 A LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS: DESAFIOS E CONQUISTAS

Para trazer a discussão para mais perto dos movimentos sociais do campo é importante destacar o seu processo de formação. Com o surgimento das ligas camponesas, em meados dos anos 1950 e 1960, a expressão política dos trabalhadores/as do campo se tornaram mais fortes e articuladas nacionalmente, tendo em vista que mesmo com as lutas no campo já existentes, as ligas obtiveram um caráter mais organizado em âmbito regional e nacional. Isso possibilitou nesse momento maior visibilidade dos problemas da população rural principalmente nos aspectos voltados para o acesso e permanência na terra, como por exemplo os direitos fundamentais de todo cidadão que por vezes acabavam sendo negligenciados pelo Estado, fazendo da população do campo um público sempre esquecido pelas políticas públicas.

Já na perspectiva da participação das mulheres nos movimentos sociais do campo, a sua maior expressão ocorreu nos anos 1980. Neste período, os movimentos se direcionaram a incluir em sua pauta os problemas específicos enfrentados pelas mulheres. Não significa, porém, que a participação feminina anterior aos anos 1980

não existia, entretanto, ela se tornou mais efetiva neste período. Principalmente, considerando o contexto histórico nesta época, onde havia uma forte repressão aos movimentos sociais por parte do Estado, e muitos líderes dos movimentos foram mortos. Diante deste fator, em que os líderes e “chefes de família” eram assassinados, as mulheres percebiam a necessidade de ocupar o posto de seus maridos, irmãos, pais e filhos na luta pela terra. As mulheres iniciam a sua participação no momento da ocupação e até depois dela, mas no geral, as suas atividades se restringem a cuidar da família e do trabalho doméstico e agrícola.

Dessa forma, as mulheres iniciam a sua participação no conjunto da organização dos/as trabalhadores/as rurais, por meio da ação, mais especificamente, compreendendo a sua atuação ao lado de sua família que posteriormente se tornaram lutas contra as condições de vida no campo, muito mais do que lutar por suas famílias e ao lado delas. As mulheres se organizavam na busca por direitos e melhores condições de vida, atuavam enquanto esposas, mães e trabalhadoras. Por isso, considera-se a importância de se estruturar e compreender o espaço das trabalhadoras rurais na luta pela terra, em etapas que perpassam por:

sua luta pelo acesso as políticas públicas: agrária (acesso à terra), agrícola e sociais; e ainda, a dimensão de gênero nas relações sociais no meio rural e o lugar da mulher trabalhadora rural. (BARROS, 2005. p.31).

Os primeiros registros de participação das mulheres parte do processo de construção da consciência coletiva, onde as mulheres lutam por questões que envolvem a sua família e a coletividade dos assentamentos, constitui-se em uma reivindicação de melhores condições de vida para todos. Ainda, inicialmente, não se percebe uma divisão de atribuições de acordo com a questão de gênero, isto é, a delegação de tarefas com base no “ser homem ou mulher”. Um grande marco para a história desta atuação foi durante as Ligas Camponesas, em meados de 1950 e 1960, onde algumas organizações tiveram as mulheres como Líderes, como é o caso de Elizabete Teixeira que após o assassinado de seu marido, líder das Ligas Camponesas, assumiu a liderança do movimento na Paraíba; tornando-se um

símbolo de resistência dos trabalhadores rurais, dos anos 1960 no Nordeste do Brasil". (BARROS apud SHUMAHER, 2005, p. 34)

Este é um exemplo bastante conhecido de representação política feminina em movimentos rurais, existem muitos outros possíveis de serem utilizados, entretanto é necessário destacar o início da construção da consciência coletiva entre as mulheres. Estes se davam através de reuniões de grupo onde além de discutir sobre o modo de vida nos assentamentos as mulheres se reuniam para trocar experiências de vida, em seu cotidiano, de maneira geral.

A partir destas reuniões surge a primeira organização legitimamente de trabalhadoras rurais, "Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste". Este movimento ganhou expressão e se amplificou no Sul do Brasil, desta vez a luta se configurou para além das condicionalidades de vida no campo, mas na busca por uma sociedade construída com a participação das mulheres, onde suas vozes pudessem ser ouvidas e sua representação legitimada.

A partir dos anos 1990, estes movimentos se estenderam por outros Estados e se transformaram em um movimento de expressão nacional como citado por Barros (2005).

Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, envolvendo as mulheres dos vários movimentos e organizações camponesas, com a intensificação da luta pela consolidação dos direitos, o desenvolvimento da mulher aliado à mudança das relações sociais de gênero e classe na sociedade, vêm se destacando a partir da metade da década de 1990 até hoje. (BARROS, 2005, p.37).

Além disso, sabe-se que as relações entre o rural e o urbano estão cheios de preconceitos e generalizações entre si que, muitas vezes, fazem com que não seja possível enxergar a realidade posta viva por cada uma desses ambientes. Isso se torna muito explícito na relação da cidade com o campo, isto é, na maioria dos casos o âmbito rural é visto como aqueles que são mais atrasados, mais conservadores em diversos aspectos, principalmente nas questões das relações sociais de gênero, acreditando-se na maioria dos casos em uma ideia de personalidade feminina sem

nenhum tipo de voz frente aos seus interesses e principalmente as questões políticas dos movimentos sociais.

No entanto, a realidade traz o papel da mulher camponesa por uma perspectiva que é distorcida pelo senso comum, de maneira que mesmo diante das evidentes barreiras postas pela sociedade patriarcal, sua própria rotina e os mecanismos utilizados para seu benefício, a mulher residente do campo ainda assim consegue possuir organização e um posicionamento político diante das lutas enfrentadas pelos movimentos sociais. Ainda que não seja na mesma proporção e intensidade do que acontece na cidade, até porque o público urbano possui maiores ferramentas para a sua própria organização política, mas é possível e real essa atuação feminina mesmo possuindo pouca visibilidade.

Ainda nessa perspectiva, se percebe as relações patriarcais, capitalistas de hierarquização entre homens e mulheres nas esferas da divisão do trabalho e participação social se estende para todos os âmbitos. Pois assim como no meio urbano, apesar da atuação feminina na sociedade e em boa parte dos casos, na contribuição para a renda familiar, o seu trabalho ainda continua sendo inferior ou até mesmo invisível diante do trabalho do homem.

Como afirma Dantas (2018),

[...] No rural, mesmo as mulheres realizando um trabalho produtivo (e gerador de renda) nos espaços próximos de casa e também em outros, esse trabalho é colocado na invisibilidade (SANTOS apud DANTAS, 2018, p.185).

No entanto, é esse trabalho visto como “invisível” efetuado pelas mulheres na sociedade com um caráter mais restrito voltado para a esfera privada, que contribui diretamente ou indiretamente para a execução da vida pública da sociedade. De maneira tal que se torna suma importância para a reprodução social daqueles que efetuam o trabalho produtivo, assim como aponta Dantas (2018):

Assim, fazendo uma análise sobre essa divisão, podemos elencar ainda que existe uma falsa dicotomia e hierarquização dos trabalhos, pois o trabalho de reprodução realizado pelas mulheres contribui diretamente para a manutenção do trabalho produtivo, tornando –se essencial para a realização destes. Ou seja, não há como dizer que as



mulheres estão restritas unicamente o trabalho reprodutivo, quando, na realidade, elas realizam indiretamente – e diretamente também, como veremos mais adiante – o trabalho produtivo. (SANTOS apud DANTAS, 2018, p.185).

No espaço político, apesar de algumas representações importantes e da resistência feminina diante da luta pela ampliação de sua atuação no campo, ainda há muitas barreiras a serem enfrentadas principalmente no sentido da falta de compreensão de muitas mulheres como sujeitos importantes nos movimentos sociais, além da falta de possibilidades para a sua atuação. Como afirma Dantas (2018) em sua pesquisa sobre o Programa Territórios da Cidadania em que ela percebe que muitas das entrevistadas tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre o programa em decorrência da falta de oportunidade de participar das reuniões e comitês onde se tomavam as decisões mais importantes relacionadas ao programa.

Essas problemáticas envolvendo uma maior participação feminina nos movimentos sociais do campo ainda perpassam uma série de barreiras impostas pelo próprio patriarcado de modo que seja necessária a obtenção da compreensão desse processo como algo gradual. Ou seja, o reconhecimento das bases do patriarcado como contribuintes diretos da falta de oportunidade feminina em ingressar nos espaços de luta no âmbito rural, impossibilitando uma quantidade mais significativa de mulheres exercendo sua participação política nos movimentos sociais, mas também compreendendo e legitimando a luta constante das camponesas em busca da ampliação dos seus espaços de fala perante as reivindicações dos movimentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do conhecimento adquirido acerca das expressões de luta das mulheres no campo é possível concluir que a participação feminina se efetive e seja fundamental para estabelecer a igualdade de gênero no cotidiano dos assentamentos e comunidades rurais. Uma vez que, as mulheres se inserem na luta pela terra através de suas famílias, inicialmente, as condições de gênero não são colocadas em pauta, mas a partir da inserção e formação política das mulheres dentro dos movimentos

sociais do campo se torna possível a compreensão da necessidade da luta por equidade entre homens e mulheres do campo.

O peso do patriarcado sobre a vida das trabalhadoras rurais, se percebe ainda presente no cotidiano. A história da participação política das mulheres ainda pressupõe relações de desigualdade entre gêneros, inicialmente como foi abordado era uma participação de amparo aos maridos e aos filhos, mas posteriormente, ao perceber as relações de desigualdade que restringem a participação das mulheres se torna necessário a reflexão das relações sexistas dentro dos movimentos sociais.

As estruturas do patriarcado e do machismo estão em todas as esferas da sociedade. Através das pesquisas realizadas, se percebe a importância de propagar o crescimento da atuação das mulheres nos movimentos sociais com vistas a fomentar a discussão sobre as desigualdades de gênero. Construir uma luta que se estenda para todos os âmbitos da vida no campo, que amplie a participação das mulheres nos postos de liderança e que se percebam enquanto membros daquela luta.

Vale ressaltar a força da liderança de Elizabete Teixeira nas Ligas Camponesas, que se expressou como uma grande manifestação da participação feminina na luta pela terra. As condições de gênero desiguais se confirmam dentro destes espaços, entretanto, a inserção das mulheres, ainda que sobre forte desigualdade, afirmam a capacidade de interação política e a importância de se garantir o espaço das mulheres nestes ambientes. E ainda, afiançar o discurso que engloba questões específicas e restritas às mulheres, como a repressão patriarcal, a violência doméstica e sexual, entre outros tipos de violações de direitos que se restringem ao universo feminino e que precisam do reconhecimento das mesmas enquanto mulheres, como também da sociedade de maneira geral.

A sociedade capitalista diante da sua reprodução de desigualdades entre classes e raças, também reproduz desigualdades de gênero, principalmente através das relações de trabalho, determinando atividades laborativas específicas para homens e mulheres. Dentro destas atividades o trabalho agrícola que se fundamenta principalmente em um trabalho braçal, que necessita de imposição de força, sempre

foi atribuído aos homens, construindo uma restrição para as mulheres, que embora, eventualmente necessitassem realizar estas tarefas, não era algo comum, sempre há o estigma de que atividades deste tipo não devem ser executadas por mulheres.

Toda essa conjuntura possibilita a reflexão do espaço da mulher enquanto ser político. Participação esta, bastante desenvolvida através das lutas feministas pautadas na defesa da igualdade entre gêneros em todos os âmbitos da esfera social. Dessa forma é importante destacar a necessidade da participação da mulher dentro dos espaços de representação política, pois desta forma, haverá efetivamente a construção de um projeto societário igualitário.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ilena Felipe. **A Inserção das Mulheres na Luta pela Terra: Movimento de Participação e/ou Submissão?** 2005. Dissertação—Centro de Ciências Sociais Aplicadas Programa de Pós-Graduação em Serviço Social -Universidade Federal do Rio grande do Norte - Natal.RN.

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero.** 1994. Disponível em<file:///C:/Users/arauj/OneDrive/Documents/Trabalhos/Artigo%20CCSA/21-Texto%20do%20artigo-72-1-10-20131128.pdf >. Acesso em: 15 abr. 2019.

FRIAS, Luzinéia. **A MULHER E AS “RAÍZES” DA DESIGUALDADE NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.**2013. Artigo- Universidade Federal do Maranhão. Disponível em :<
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/amulhereasraizesdadesigualdadenafomaodasociidadebrasileira.pdf>>. Acesso em 14 de abril.2019.

CISNE, Mirla. **Fundamentos teóricos-políticos da diversidade humana do heteropatriarcado e do racismo.** In: SANTOS, Silvana Mara; CISNE Mirla. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez,2018.

ALMEIDA, J, CALAÇA.K.M.. **As políticas públicas no território e a cidadania das mulheres camponesas.** Mossoró:CGP Solutios, 2018.